

Mestrados Profissionais em Segurança Pública

Documento do Workshop Mestrado Profissional em Segurança Pública e Justiça Criminal

I- Introdução

Este documento relata as apresentações, debates e conclusões do Workshop sobre Mestrado Profissional em Segurança Pública e Justiça Criminal, realizado nos dias **19 e 20 de abril de 2010**, na sede da CAPES em Brasília, por iniciativa do Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública (DEPAID) da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, em parceria com a CAPES/ MEC.

O workshop teve por finalidade propiciar uma atualização e debate sobre a temática de Segurança Pública e Justiça Criminal, que somado a experiência que existe em meios acadêmicos, estimulasse orientações para futuras propostas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* na modalidade de Mestrado Profissional na área. Mestrados nesta modalidade certamente poderão atender a necessidade do país quanto à formação de recursos humanos qualificados, possibilitando assim a produção de conhecimentos aplicados para elaboração e gestão de políticas públicas, considerada estratégica para a consolidação do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP.

Participaram do evento: Coordenadores e Assessores da Diretoria de Avaliação da CAPES; Diretora e equipe técnica das áreas de Ensino e Pesquisa da SENASP; Coordenadores de curso de graduação tecnológica em Ordem e Segurança Pública; Coordenadores de cursos de pós-graduação em Segurança Pública que integram a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública - RENAESP e representantes da direção de ensino da Academia Nacional da Polícia Federal - ANP.

Como resultado objetivo do workshop o documento traz, com base nas sugestões e recomendações apresentadas durante a reunião, as orientações para futuras elaborações dos projetos referentes a novos programas de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça Criminal e áreas afins.

II- Considerações Gerais

Em razão dos efeitos da violência urbana e da insegurança na vida cotidiana dos cidadãos em contextos de comprovada complexidade social, como no caso brasileiro, constata-se a relevância de se estabelecer políticas públicas de segurança pautadas em diagnósticos qualificados do problema e caracterizadas pela proposição de ações que consideram o aspecto multicausal deste fenômeno. Neste contexto, é imprescindível qualificar de maneira

sofisticada os atores que serão responsáveis pela elaboração, implementação e gestão de políticas públicas nesta área que, tradicionalmente, tem sido marcada pelo amadorismo e pelas “soluções” de ocasião, sem guardar, muitas vezes, embasamento científico e metodológico para a tomada de decisão.

As contribuições para a elaboração de propostas para o mestrado profissional em segurança pública justificam-se em razão da urgência em pensar estratégias para o ensino superior nesta área que respondam a questões práticas, tais como preconizadas na Portaria Normativa 17, de 28 de dezembro de 2009, em seu Art.3, quando diz:

I - a capacitação de pessoal para a prática profissional avançada e transformadora de procedimentos e processos aplicados, por meio da incorporação do método científico, habilitando o profissional para atuar em atividades técnico-científicas e de inovação;

II - a formação de profissionais qualificados pela apropriação e aplicação do conhecimento embasado no rigor metodológico e nos fundamentos científicos;

III - a incorporação e atualização permanentes dos avanços da ciência e das tecnologias, bem como a capacitação para aplicar os mesmos, tendo como foco a gestão, a produção técnico-científica na pesquisa aplicada e a proposição de inovações e aperfeiçoamentos tecnológicos para a solução de problemas, específicos.

Neste sentido, o avanço científico e técnico-profissional em segurança pública será fundamental para essa área de conhecimento no país. Para que isto ocorra, é preciso consolidar o debate entre os órgãos responsáveis pela regulação do ensino superior no país, as Instituições de Segurança Pública e as Instituições de Ensino Superior em prol da construção de programas de pós-graduação *stricto sensu*, com vistas a contribuir para a qualificação de um novo perfil profissional capaz de aplicar e transmitir os conhecimentos técnico-científicos adquiridos nas políticas e ações de segurança pública. Assim, o que se pretende é ampliar o universo de profissionais qualificados, seja entre os quadros das próprias corporações, seja entre os diversos atores que hoje atuam profissionalmente na área.

Hoje, várias ações formativas estão em curso no Brasil que, atreladas à proposta de mestrado profissional, visam a estabelecer, futuramente, um sistema de ensino superior em segurança pública para o país. Vale destacar que a Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP construiu, em parceria com IES públicas e privadas, a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública-RENAESP que visa à promoção de cursos de pós-graduação *lato sensu* em diversas áreas, tais como: políticas públicas em segurança e justiça criminal; gestão integrada em segurança pública, prevenção à violência e à criminalidade, perícia criminal, inteligência em segurança pública, policiamento comunitário, segurança ambiental, direitos humanos e cidadania, entre outras. Após 05 anos de implementação da política, envolvendo 65 IES, mais de 10 mil operadores de segurança pública e atores da sociedade civil qualificados e 73 cursos realizados,

é possível constatar a necessidade de se aprofundar e avançar nesta ação, incentivando os cursos de especialização, com comprovado reconhecimento técnico e acadêmico, a transformarem-se em cursos de mestrado profissional.

Paralelamente, a SENASP trabalhou em parceria com a Secretaria de Educação e Tecnologia (SETEC) do MEC, na Criação do Eixo Tecnológico Segurança que estabelece os cursos de graduação tecnológica em Segurança Pública, Serviços Penais e Segurança do Trânsito que, em 2010, passaram a fazer parte do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

Estas ações, atreladas aos investimentos realizados para a promoção de cursos de aperfeiçoamento profissional nas modalidades presencial e a distância (Plataforma EAD), bem como, na promoção do reaparelhamento das estruturas de ensino das academias das polícias no Brasil, demonstram a importância e o lugar de destaque na política nacional de segurança pública dos temas voltados para a valorização e formação profissional.

De modo convergente, as Instituições de Ensino Superior e os Centros de Pesquisa que se dedicam aos estudos da violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal estão engajados em promover ações de ensino, extensão e pesquisa que envolvam, de modo cada vez mais intenso, atores responsáveis pela execução, planejamento e gestão de políticas públicas nesta área, demonstrando de forma irrefutável que no universo acadêmico brasileiro há docentes e pesquisadores comprometidos em produzir reflexões, estudos e alternativas de resolução às problemáticas relacionadas a estruturação e atuação das instituições de segurança pública no Estado Democrático de Direito.

Durante a reunião de trabalho, os participantes foram divididos em dois grupos de discussão. Os debates foram orientados pelo quadro normativo, em especial a Portaria Normativa N°17 de 22 de junho de 2009 a fim de que proposições específicas à temática da Segurança Pública fossem sejam construídas, sempre, com base no que a regulação para mestrado profissional permite. Como subsídio para a discussão acerca das áreas temáticas de concentração, a SENASP apresentou os eixos e linhas de pesquisa que hoje fazem parte das atividades desenvolvidas por sua Coordenação de Pesquisa. Tais informações compuseram o 1º Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública realizado em parceria com a ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, em 2004. Além desta referência, fizeram parte da composição deste documento as linhas de pesquisa atualmente adotadas pela RENAESP que se baseiam na Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais da área de Segurança Pública e os eixos temáticos adotados na 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, realizada em 2009. Conforme consenso extraído entre os participantes, tal documento pode servir de orientação para as propostas de mestrado a serem apresentadas.

III- A importância do Mestrado Profissional em Segurança Pública

A implantação do Mestrado Profissional em Segurança Pública foi defendida pelos participantes em razão de:

- sua relevância no cenário nacional das políticas sociais como substrato para preservar, sustentar e garantir os direitos fundamentais dos cidadãos;
- sua dimensão de instrumentalização essencial dos direitos numa determinada ordem política;
- sua contribuição para a sustentação pacífica do estado democrático de direito.
- propiciar a formação de um corpo docente qualificado que possa apoiar as atividades de ensino nas Graduações Tecnológicas em Segurança Pública, nas especializações e áreas fins, bem como na Academias e Centros de Formação das Instituições de Segurança Pública do país.

Esta modalidade de mestrado deve oferecer conteúdos teórico-conceituais e metodológicos aos profissionais, aprimorando seu desempenho a partir de uma atuação mais crítica, reflexiva e criativa nos seus ambientes de prática profissional. Deve ainda dotar esses profissionais dos instrumentos e procedimentos que os habilitem a aprimorarem-se, permanentemente, com o conhecimento científico em contínua mudança e atualização. Tais subsídios tem por objetivo orientar a elaboração de trabalhos de conclusão do Mestrado que representem projetos que visam a produzir estudos, diagnósticos, análises, avaliações e ações aplicáveis às políticas públicas nesta área.

O Mestrado Profissional deve assim ser uma estratégia de produção de conhecimento sobre segurança pública que valorize os saberes e práticas profissionais em diálogo com os acervos técnico-científicos e metodológicos disponíveis.

- Principais características dos Programas de Pós-Graduação

1. Experiência na execução de projetos de extensão e/ou ensino na área de segurança pública que contemple operadores das instituições de segurança pública;
2. Experiência na promoção de ações formativas que contemplem a diversidade das instituições de segurança pública e a própria diversidade intra-institucional (agentes e delegados; praças e oficiais, por exemplo).
3. Experiência em pesquisa na área;
4. Estrutura curricular com caráter interdisciplinar com ênfase nas ciências sociais aplicadas;
5. O perfil do corpo discente deverá contemplar profissionais de segurança pública estatal (todos os níveis - local - internacional/além fronteiras),

gestores públicos, pesquisadores e ativistas sociais voltados para prevenção da violência e criminalidade.

IV- Áreas Temáticas a serem priorizadas

Dentre as áreas temáticas a serem priorizadas, o grupo de discussão construiu, inicialmente, algumas sugestões que, ainda merecem ser aprofundadas e amplamente debatidas nos círculos acadêmicos e institucionais de segurança pública.

A principal área de concentração proposta pelo grupo articula temas vinculados a: ESTADO, SOCIEDADE E POLÍCIA. A partir desta área de concentração foram sugeridas 12 (doze) áreas temáticas:

1. Políticas de Segurança Pública e Políticas Sociais
2. Sistemas de Segurança Pública e Justiça Criminal em Estados federativos e unitários.
3. Governança da Segurança Pública - Arranjos estatais, governamentais e comunitários de Segurança
4. Gestão do conhecimento, da informação, inteligência, tecnologia e inovação
5. Segurança Pública e Segurança Internacional
6. Organização e estrutura das organizações de segurança pública e justiça criminal
7. Segurança, populações, territorialidades, identidade, e diversidade cultural
8. Ordem Social, ordem pública, controle e regulação social
9. Direitos Humanos e garantias individuais e coletivas - sustentação de direitos emergentes e difusos (mediação de conflitos)
10. Riscos, contingências, emergências e incertezas: análise e avaliação de cenários e crises
11. Meios de comunicação de massa, representações e percepções de segurança
12. Ciências Policiais

V- Indicadores de qualificação das propostas

a) Quanto à estrutura curricular:

1. Estrutura curricular com caráter interdisciplinar com ênfase nas ciências sociais aplicadas;

2. Evidenciar aderência à matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de Segurança Pública;
3. Contribuir à consolidação do Sistema Único de Segurança Pública- SUSP;
4. Possuir disciplinas instrumentais/ aplicadas voltadas para as ações de planejamento, monitoramento e avaliação de Políticas Públicas em Segurança.

b) Quanto aos critérios para análise da qualificação técnica e acadêmica do corpo docente:

1. Produção de pesquisas aplicadas em Segurança Pública;
2. Experiências inovadoras em Segurança Pública;
3. Experiência na formulação de políticas públicas;
4. Experiência na produção técnica de relatórios de monitoramento e avaliação, de políticas, projetos e ações em Segurança Pública;
5. Experiência na elaboração de diagnósticos em Segurança Pública;
6. Coerência do perfil do corpo docente ao perfil do egresso.

Instituições Participantes

- Academia Nacional de Polícia Federal/DPF
- Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP
- Universidade Católica de Brasília
- Universidade Candido Mendes
- Universidade de Montes Claros
- Universidade Estácio de Sá
- Universidade Federal da Bahia
- Universidade Federal do Mato Grosso
- Universidade Federal do Pará

Promoção

Ministério da Educação
CAPES/Diretoria de Avaliação

Ministério da Justiça
Secretária Nacional de Segurança
Pública/ Diretoria de Pesquisa, Análise
da Informação e Desenvolvimento de
Pessoal em Segurança Pública